

A BUSCA POR TRANSIÇÕES AO PÓS-EXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA: DISCUSSÕES SOBRE A CONDIÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADORA E O NEOEXTRATIVISMO¹

Heitor Ponce Dellasta²
Renata Bianconi³

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre a condição primário-exportadora latino-americana, sua evolução e atualização, com ênfase no conceito de extrativismo e em sua crítica. Parte de discussões sobre a conformação histórica da América Latina como uma região primário-exportadora e das críticas a essa condição. Discute, na sequência, o revigoramento do extrativismo na região no âmbito da expansão da exportação de *commodities* no início do século XXI, destacando os impactos desse modelo de desenvolvimento sobre os territórios e a Natureza. As transições pós-extrativistas são apresentadas pelo viés de múltiplos caminhos oriundos de ações e reflexões dos movimentos populares. Conclui-se que o conceito de extrativismo é essencial para abarcar questões centrais do cenário latino-americano contemporâneo: desenvolvimento e meio ambiente.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento. Meio Ambiente. Ecologia política. Extrativismo. América Latina.

THE SEARCH FOR TRANSITIONS TO POST-EXTRACTIVISM IN LATIN AMERICA: DISCUSSIONS ON THE PRIMARY-EXPORTING CONDITION AND NEO-EXTRACTIVISM

Abstract: This paper discusses the Latin American primary-exporting condition, its evolution and updating, emphasizing the concept of extractivism and its critique. First, it argues about the historical conformation of Latin America as a primary-exporting region and the criticism of this condition. Secondly, it discusses the renewal of extractivism stimulated by the expansion of commodity exports at the beginning of the 21st century. It highlights the impacts of this development model on territories and Nature. Thirdly, it indicates post-extractivism transitions as multiple paths of actions and reflections of popular movements. In conclusion, extractivism is considered essential to the understanding of central issues of the contemporary Latin American reality: development and environment.

Keywords: Underdevelopment. Environment. Political ecology. Extractivism. Latin America.

LA BÚSQUEDA DE TRANSICIONES AL POST-EXTRACTIVISMO EN AMÉRICA LATINA: DISCUSIONES SOBRE LA CONDICIÓN PRIMARIO-EXPORTADORA Y EL NEOEXTRACTIVISMO

Resumen: Este artículo propone una discusión sobre la condición primario-exportadora latinoamericana, su evolución y actualización, con énfasis en el

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada, em 2021, no XIV Congresso Brasileiro de História Econômica & 15ª Conferência Internacional de História de Empresas da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e publicada nos anais do evento.

² Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Campinas, Brasil, heitordellasta@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-1068-3699>

³ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, Brasil, bianconi@unicamp.br, <https://orcid.org/0000-0002-4023-6830>

concepto de extractivismo y su crítica. Se parte de discusiones sobre la conformación histórica de América Latina como región primario-exportadora y las críticas a esta condición. Luego discute la revitalización del extractivismo en la región en el marco de la expansión de las exportaciones de commodities a principios del siglo XXI, destacando los impactos de este modelo de desarrollo en los territorios y la Naturaleza. Las transiciones post-extractivistas se presentan a través del sesgo de múltiples caminos surgidos de acciones y reflejos de los movimientos populares. Se concluye que el concepto de extractivismo es esencial para englobar temas centrales del escenario latinoamericano contemporáneo: el desarrollo y el medio ambiente.

Palabras clave: Subdesarrollo. Medio Ambiente. Ecología política. Extractivismo. América Latina.

Introdução

As oportunidades e os desafios colocados aos países subdesenvolvidos dotados de abundantes recursos naturais exportáveis, especialmente não renováveis, têm sido estudados desde a década de 1950 (FURTADO, [1957] 2008). Mais recentemente, elaborações acerca da “maldição da abundância” têm aberto novas vias de discussão, centradas em aspectos ecológicos e na denúncia da perpetuação da dependência externa decorrente da exploração e exportação de recursos naturais (ACOSTA, 2009).

Já nos anos 1950, o pensamento histórico-estrutural desenvolvido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) destacava a necessidade de consideração das especificidades estruturais das economias latino-americanas para a elaboração de políticas de desenvolvimento para a região. Denunciava a inserção subordinada da periferia no sistema de divisão internacional do trabalho e criticava a premissa de benefícios mútuos a centro e periferia advindos da especialização produtiva baseada no aproveitamento de vantagens comparativas no comércio internacional. Uma vez que a especialização na exportação de produtos primários não seria capaz de promover a incorporação de progresso técnico e a elevação da produtividade do trabalho nas economias latino-americanas, impunha-se a industrialização (PREBISCH, [1949] 2011, BIELSCHOWSKY, 1988; RODRIGUEZ, 1981, 2009).

Uma segunda perspectiva histórica crítica em relação à exploração de produtos primários nos países latino-americanos refere-se ao *extrativismo*⁴ como

⁴ Vale ressaltar que o termo “extrativismo”, como utilizado pelos autores aqui trabalhados, difere da acepção usualmente empregada no Brasil, “associada ao convívio equilibrado do homem e seu meio”, mas refere-se à “extração desenfreada de recursos naturais, sem preocupação com a sustentabilidade”. Trata-se, portanto, de uma “perspectiva crítica em relação à instrumentalização da

“uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos [...] determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do capitalismo nascente” (ACOSTA, 2016b, p. 49). O extrativismo apresentar-se-ia, assim, tanto como elemento de desenvolvimento dos centros industriais, por meio da apropriação e exploração de matérias-primas, quanto de viabilização econômica (geração de recursos e divisas) de projetos de modernização nos países da América Latina (ACOSTA, 2016b; GUDYNAS, 2009, 2012). Emergiriam, então, discussões teóricas e análises empíricas criticando os modelos de desenvolvimento latino-americanos orientados a partir do extrativismo por serem economicamente assimétricos, socialmente injustos e ambientalmente insustentáveis.

Porém, na virada para o século XXI, a orientação extrativista voltou a aparecer no debate político-acadêmico a partir da vitória de governos progressistas. Para autores como Gudynas (2009, 2012), Svampa (2016) e Santos (2018), os governos eleitos conformaram uma “onda progressista” na região sul-americana⁵. Para garantir sua tarefa de implementação de políticas públicas e transformação do Estado, orientadas para melhores condições de vida para os setores mais vulneráveis da sociedade, esses governos se apoiaram no crescimento da economia chinesa e no *boom* de *commodities*, incentivando inúmeros empreendimentos extrativistas com elevada participação estatal, como forma de sustentação de seus projetos de desenvolvimento supostamente nacionais.

Para Svampa (2013) e Gudynas (2013), uma das consequências do novo extrativismo é a explosão de conflitos socioambientais⁶, visíveis nas reivindicações territoriais de movimentos populares, indígenas, camponeses e ambientalistas em

Natureza”, que problematiza “os impactos negativos de uma relação predatória com o meio ambiente, da inserção subordinada no mercado internacional, da financeirização das questões ambientais, das violações decorrentes de megaempreendimentos”. Cf. Dilger e Pereira Filho (2016, p. 19-20).

⁵ Essa expressão alude à vitória e ascensão de governantes identificados com uma ideologia “de esquerda”. São eles: Hugo Chávez, na Venezuela; Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Brasil; Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina; Tabaré Vasquez e José Mujica, no Uruguai; Evo Morales, na Bolívia; Fernando Lugo, no Paraguai; e Rafael Correa, no Equador.

⁶ Optamos por usar no texto a expressão “conflitos socioambientais”, recorrente na bibliografia trabalhada, cientes da existência de discussões em torno de seu emprego. Vale especialmente destacar a pertinente argumentação de Marcelo L. de Souza (2019, cap. 4, n.p.) a respeito do uso dessa expressão: seria “*duplamente redundante*”, na medida em que “*todo conflito é social*” e “*a dimensão social já está embutida no conceito de ambiente*”. Explica que, em se tratando de problemas ambientais, os conflitos são sempre sociais, expressando relações de poder na sociedade; o acréscimo do “prefixo ‘socio’ ao adjetivo ‘ambiental’ [...] equivale a gerar um pleonasma”. Da mesma forma, seria redundante o uso do qualificativo “socioambiental”, se se compreende o ambiente de modo abrangente, que inclui como traço fundamental “a natureza transformada e incessantemente retransformada pelas relações sociais”. O receio de leituras reducionistas explicaria, para Souza, a insistência de outros autores no uso do termo “socioambiental”.

defesa da Natureza⁷. Os conflitos socioambientais contemporâneos expressam um descontentamento popular com relação ao atual modelo extrativista, contrariando uma visão estritamente economicista da relação entre sociedade e Natureza; devem ser entendidos enquanto conflitos distributivos, produtos das desigualdades e contradições do modelo de desenvolvimento econômico que conforma distintas realidades no que diz respeito a uma disputa sobre o que se entende por desenvolvimento e progresso. Em razão disso, a análise dos conflitos socioambientais à luz da ecologia política é uma janela privilegiada para abarcar duas questões centrais do cenário recente: o desenvolvimento e o meio ambiente (MARTÍNEZ ALIER, 2013).

O objetivo deste artigo é apresentar discussões sobre a condição primário-exportadora latino-americana, sua evolução e atualização no período recente, com ênfase no conceito de extrativismo e em sua crítica.⁸ Para tal, procura resgatar elaborações teóricas pioneiras realizadas na América Latina a partir de meados do século XX e acompanhar o desdobramento das discussões em período recente diante do aprofundamento da inserção internacional dos países da região como exportadores de bens naturais⁹. Além desta introdução e de breves considerações finais, o trabalho está estruturado em três seções. A segunda seção recupera discussões sobre a conformação da América Latina como uma região exportadora de produtos primários e a busca pela superação dessa condição por meio da industrialização no século XX. Na terceira seção são abordadas as implicações da atualização do extrativismo na região no âmbito da expansão da exportação de *commodities* no início do século XXI. Colocando em destaque os impactos do modelo extrativista de desenvolvimento sobre o meio ambiente e as comunidades locais, a quarta seção apresenta discussões em curso na América latina sobre as possíveis transições ao pós-extrativismo, com ênfase no conceito de giro ecoterritorial, entendido como as múltiplas respostas oriundas de movimentos populares, locais e ambientalistas na luta contra empreendimentos extrativistas e em

⁷ Uma extensa literatura vem relacionando o avanço do neoextrativismo, os megaempreendimentos e conflitos socioambientais. No Brasil, a UHE de Belo Monte é, sem dúvida, o caso mais emblemático. Delgado (2013), Gudynas (2009, 2013) e Martínez Alier (2013) apresentam uma ampla lista de empreendimentos envolvendo conflitos socioambientais para o subcontinente latino-americano.

⁸ São singulares as realidades contemporâneas dos países latino-americanos, bem como suas experiências históricas, culturas e estruturas sociais, políticas e econômicas. No entanto, no âmbito deste trabalho, não abordaremos as particularidades históricas de cada país, tampouco analisaremos individualmente os governos “progressistas” a que se faz referência na abordagem do neoextrativismo no século XXI.

⁹ Vale precisar que, em relação ao uso dos termos “recursos naturais” ou “bens naturais”, procuramos respeitar ao longo do texto a terminologia empregada pelos diferentes autores trabalhados, em consonância com o contexto histórico de sua época.

defesa de novos modelos organizacionais mais harmônicos com a Natureza.

A busca pela superação da condição primário-exportadora na América Latina

A matriz institucional que ordena a vida social latino-americana “tem raízes profundas em nossa história e na história dos povos que conquistaram e colonizaram esta parte da América. Nossos sistemas de cultura emergem de um duplo processo de conquista e colonização” (FURTADO, 1976, p. 127). Duas “falácias fundamentais” estariam na base desse processo: a crença na inferioridade cultural e tecnológica dos povos submetidos, que justificaria a eliminação dos sistemas preexistentes, e a ideia de infinitude dos recursos que poderiam ser extraídos do novo continente (GLIGO; MORELLO, 1980). O processo de deterioração dos ecossistemas da região não se teria limitado às áreas de exploração agrícola em larga escala para exportação, mas teria marcado esses territórios desde a conquista ibérica, com a instalação de sistemas de exploração que estabelecem um novo tipo de relação com o meio ambiente, diverso do sistema de cultura preexistente. A conquista teria, portanto, representado um violento distúrbio nas sociedades e biomas latino-americanos, com a destruição de atividades ecologicamente ajustadas e de recursos culturais, desintegração social etc. (GLIGO; MORELLO, 1980). De modo similar, entendendo o empreendimento colonial como desagregador de ecossistemas, culturas e unidades socioterritoriais preexistentes, Machado Aráoz analisa-o como parte integrante de uma “ordem extrativista” que, ao avançar, delimitava uma zona de “pilhagem” e outra de “acumulação”, inter-relacionadas pela “prática econômico-política e cultural” do extrativismo:

Extractivismo es ese patrón de relacionamiento instituido como pilar estructural del mundo moderno, como base fundamental de la geografía y la “civilización” del capital, pues el capitalismo nace de y se expande con y a través del extractivismo. Éste resume y sintetiza la lógica práctica del capital, en cuanto sistema histórico-geográfico expresamente concebido como orden colonial mundial. [...] El extractivismo instituye la separación entre las metrópolis y sus satélites; establece el centro y sus periferias; delinea la geografía de la extracción, como geografía subordinada, dependiente, proveedora, estructurada por y para el abastecimiento de la geografía del centro, la del consumo y la acumulación. (MACHADO ARÁOZ, 2015b, p. 15, itálicos do autor).

O colonialismo moderno teria, portanto, nos termos da crítica ao “extrativismo”, produzido ao mesmo tempo o desenvolvimento nos centros (onde se concentram os meios de poder e consumo) e o subdesenvolvimento nas periferias

(onde ocorre superexploração de recursos geofísicos e humanos). Se essa análise guarda semelhanças com as análises pioneiras desenvolvidas no âmbito da CEPAL, sua ênfase recai, no entanto, sobre a instrumentalização da natureza. Salienta-se, entre outros elementos, o “imperialismo ecológico” que, como padrão de organização territorial do capital em escala global, embasaria a hegemonia do Ocidente. As ideias de imperialismo ecológico e de hegemonia política e cultural do Ocidente são alguns dos componentes da abordagem crítica do extrativismo, que também enfatiza a importância da dominação exercida por oligarquias ou elites nacionais no âmbito das sociedades pós-coloniais. Trata-se sobretudo de destacar a permanência de economias de caráter extrativista nos novos Estados nacionais, cujos setores dominantes conservariam posições de poder, padrões culturais etc. dependentes dos padrões de exploração socioterritoriais precedentes (MACHADO ARÁOZ, 2015b). As condições para a continuidade do modelo de crescimento dependente, assentado sobre o setor primário-exportador, seriam garantidas pela ação dos novos Estados nacionais, no âmbito dos quais se consolidaram os interesses oligárquicos e desenvolveram-se outras atividades econômicas relacionadas ao setor primário-exportador.

No âmbito das lutas de independência e do processo de formação dos Estados nacionais, no início do século XIX, o poder teria tendido a se deslocar nos países latino-americanos para a classe dos proprietários de terras que, no entanto, não representariam um grupo interdependente. Burguesias urbanas também estariam presentes nesse processo, mantendo contatos com o exterior e explorando possibilidades de expansão do comércio internacional. Dessa forma, a expansão ou a abertura de linhas de exportação tanto operariam no sentido de consolidar os grupos urbanos quanto de integrá-los com os interesses rurais, “criando-se condições para a estruturação de um efetivo sistema de poder” (FURTADO, [1969] 2007, p. 78-79).

No período que se estende dos movimentos de independência latino-americanos à inserção desses países no sistema de divisão internacional do trabalho nas últimas décadas do século XIX, o latifundismo teria ascendido nas estruturas de poder e teriam sido criados vínculos financeiros com o exterior, que definiriam “o destino subsequente dos países latino-americanos como economias especializadas na exploração de uns poucos produtos primários e estruturalmente dependentes” (FURTADO, 1976, p. 128). Essa vinculação com o exterior facilitaria aos proprietários de terras tanto a participação nos mercados externos quanto a

obtenção de recursos financeiros; ademais, viabilizaria o acesso do Estado aos mercados internacionais de capital, essencial para a constituição da infraestrutura necessária à própria expansão das atividades econômicas e, em especial, das atividades exportadoras (SUNKEL; PAZ, 1970).

Não obstante os interesses que predominam no período das independências diferirem conforme os países da região, serão os “interesses latifundistas que determinarão a forma como os países latino-americanos se inserirão no processo de transformação econômica que ocorre em escala mundial durante o século [XIX]” (FURTADO, 1976, p. 129). O esforço fundamental dos novos Estados nacionais latino-americanos (até a crise dos anos 1930) teria sido notadamente no sentido de sua inserção no comércio internacional por meio da oferta de seus recursos naturais. O dinamismo dos setores mais modernos dessas economias conservava-se, assim, na dependência dos movimentos do mercado internacional de produtos primários (GLIGO; MORELLO, 1980; SUNKEL; PAZ, 1970). Trata-se, no entanto, de um período decisivo na evolução do capitalismo industrial, em que se conformam diferentes estruturas econômicas: enquanto alguns países reagem ao sistema de divisão internacional do trabalho que se estabelecia sob predomínio inglês, outros se integram a ele seguindo a doutrina das vantagens comparativas, como exportadores de produtos primários. É nesse momento, precisa Furtado, “que se estabelecerá a linha demarcatória entre o que viríamos a chamar economias desenvolvidas e subdesenvolvidas”. E o autor prossegue, afirmando que a América Latina não havia apenas acumulado, nas últimas décadas do século XIX, um “atraso econômico relativo”, mas, ao ter-se engajado num desenvolvimento econômico “orientado de forma determinante para a busca de vantagens relativas no comércio internacional e/ou para a exploração de recursos não renováveis”, havia renunciado “em larga medida, à autonomia de decisões” (FURTADO, 1976, p. 129 e 130).

A penetração, nos países periféricos, de novas atividades nas quais se incorporavam as transformações características da Revolução Industrial (intensificação do processo de acumulação e elevação da produtividade), esteve ligada à existência de um setor exportador especializado e capaz de gerar substanciais excedentes econômicos. A especialização na exportação de produtos primários, ao promover elevação da produtividade e do nível de renda (mesmo que concentrada em certos grupos sociais, atividades e regiões), provocava modificações no perfil da demanda no sentido de sua diversificação e do crescimento da demanda de produtos manufaturados. Na medida em que os

recursos obtidos no setor exportador permitiam a essas economias financiar a importação de bens manufaturados de consumo e de capital, encontravam-se limitados os estímulos aos setores industriais internos (SUNKEL; PAZ, 1970).

Na América Latina teria prevalecido, portanto, “um pseudo-desenvolvimento” (FURTADO, 1976, p. 130), apoiado na especialização internacional e que se beneficia do uso extensivo de recursos naturais e mão de obra. Os incrementos de renda decorrentes da especialização internacional teriam favorecido processos de “modernização”, que correspondem, na acepção de Furtado (1974, 1976), à difusão de formas de consumo que incorporam o progresso técnico, sem que este penetre correspondentemente no sistema de produção. Trata-se de uma assimetria entre a acumulação diretamente ligada ao processo produtivo e a acumulação implícita nos bens consumidos e nos estilos de vida adotados. Situação viabilizada, portanto, de um lado pela ampla exploração de recursos não reprodutíveis em certos países e, de outro, pela existência de países importadores de produtos primários, nos quais se desenvolviam as forças produtivas. Esse processo de elevação da produtividade e da renda decorrente da especialização na exportação de produtos primários estaria na origem da formação de um núcleo de mercado interno para produtos manufaturados e do posterior processo de industrialização em países latino-americanos (indústrias que, em muitos casos, teriam que concorrer com os produtos importados que inicialmente atendiam o mercado).

As atividades industriais teriam surgido nas economias latino-americanas ainda no decorrer de seu processo de inserção na divisão internacional do trabalho ou de “desenvolvimento para fora”, seja em concorrência com produções artesanais (diretamente ligadas ao mercado local), seja como prolongamento da expansão do comércio exterior (indústrias complementares das exportações ou das importações). A industrialização nos países periféricos teria ocorrido, portanto, em larga medida sob controle dos grupos ligados às exportações e às importações, restando papel auxiliar ao grupo diretamente ligado ao mercado local. Nesse sentido, Furtado (1976, p. 133) salienta “a preeminência do latifundismo nos sistemas de poder” em sua explicação do caráter por longo período adaptativo do processo de industrialização “às contingências do setor externo, vale dizer, um processo de acomodação às condições criadas pela dependência”. Se a criação de indústrias induzida pelo setor exportador não seria capaz de promover o crescimento autônomo dessas economias, tampouco o seria a expansão das indústrias leves, que se expandiam rapidamente enquanto ocupavam o espaço da produção

artesanal local, mas tinham suas possibilidades posteriores de crescimento limitadas pelo crescimento do mercado local.

A evolução para um estágio mais avançado de industrialização apenas ocorreria a partir da crise do setor exportador. Com as transformações nas relações entre centro e periferia decorrentes das guerras mundiais e da depressão dos anos 1930 (e as instabilidades no comércio internacional) seria rompido o “equilíbrio” vigente que limitava as possibilidades de expansão da indústria nacional, incapaz de concorrer com as importações. Restringiam-se, então, as divisas disponíveis à importação de produtos manufaturados, em período marcado por políticas intervencionistas nos países latino-americanos visando à manutenção da renda e do emprego. As dificuldades de balanço de pagamentos teriam, assim, fornecido proteção ao processo de substituição de importações (SUNKEL; PAZ, 1970; FURTADO, [1969] 2007, 2008). A intensidade da transformação das estruturas produtivas latino-americanas variaria conforme o grau de desenvolvimento industrial anterior, a disponibilidade interna de matérias-primas e alimentos, e a dimensão de seus mercados consumidores. Furtado observaria que, se a industrialização se acelerou a partir da crise do setor exportador, “é evidente que as condições do período anterior de prosperidade haviam freado essa industrialização” (FURTADO, 2008, p. 95) e, conseqüentemente, a penetração do progresso técnico.

O processo de industrialização por substituição de importações, iniciado por indústrias leves para o atendimento de uma demanda pouco diversificada, evoluiria para atividades industriais que exigiam acesso a um fluxo de tecnologia controlado por firmas com atuação em escala internacional. Diante das dificuldades cambiais recorrentes nos países periféricos e das condições de acesso à tecnologia moderna, crescente participação de empresas estrangeiras seria observada no processo de industrialização periférico. Apesar da crescente integração das atividades industriais internas, o sistema industrial resultante se manteria dependente do exterior, com baixa competitividade internacional e pautas de exportação pouco diversificadas.¹⁰

O controle externo sobre as decisões relativas à orientação do processo de industrialização em países periféricos, com a crescente presença de filiais de empresas estrangeiras, tornaria perceptíveis os limites da industrialização periférica para a superação do subdesenvolvimento. Seriam amplamente estudados, por autores latino-americanos, os problemas decorrentes da introdução de padrões de

¹⁰ Para as discussões sobre os limites da industrialização por substituição de importações, ver Furtado (1966, [1969] 2007).

consumo característicos de economias altamente industrializadas, em renovação permanente, em países periféricos, nos quais sua reprodução apoiava-se na concentração de renda. Soma-se a isso a evolução do processo de industrialização no sentido da exploração de mão de obra e de recursos naturais – especialmente não reprodutíveis ou limitados – baratos. Mantendo-se as tendências ao uso do excedente social na periferia para a diversificação de padrões de consumo, e o controle dos países centrais sobre recursos nobres como a técnica e o capital, perpetuar-se-iam a dependência e o subdesenvolvimento (FURTADO, 1974, 1978; PREBISCH, 1981).

A ideologia desenvolvimentista fora o pilar da luta pela superação da dependência externa e do subdesenvolvimento latino-americanos no século XX, marcadamente ligados à condição primário-exportadora da região. Como via de acesso aos benefícios do progresso técnico ao conjunto da população, a industrialização seria imperativa para o desenvolvimento nacional. Contudo, com o avanço do processo de industrialização, a dependência ganharia novos contornos, frustrando-se as expectativas de eliminação da heterogeneidade econômica e social e de concretização de um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico. O esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações, a crise da dívida dos anos 1980 e os subsequentes processos de ajustamento nas economias periféricas marcariam a emergência de novos “consensos” sobre a problemática do desenvolvimento. Ganhariam destaque também novas abordagens críticas sobre os rumos do “desenvolvimento” latino-americano.

A onda progressista e a atualização do extrativismo no século XXI

No início deste século, a ascensão de inúmeros governos latino-americanos foi apoiada e recebida com entusiasmo por parte de variados arranjos institucionais, sejam político-partidários, acadêmico-intelectuais ou distintos movimentos populares. Muitos viam na ascensão desses governantes a esperança de uma atuação para a inserção competitiva no mercado internacional e resposta às questões sociais. O que ficou conhecido como “onda progressista”, marcou o início de um momento que prometia deixar para trás um longo ciclo de neoliberalismo, vigente entre 1980-1990, de ajustes, privatizações e redução do papel do Estado na economia e na sociedade. Além disso, promoveria a construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional através do crescimento econômico e do progresso

como motores do desenvolvimento (GUDYNAS, 2009, 2012, 2013; SVAMPA, 2013, 2016, 2019; SANTOS, 2018). Fazendo jus a essa pretensão, a quase totalidade dos países da América Latina efetivamente passaram por um processo de desenvolvimento econômico e social, com crescimento econômico, inserção de setores populares no mercado de consumo e redução dos índices de pobreza (SANTOS, 2018; GUDYNAS, 2009, 2012).

Porém, após o auge e declínio dos governos classificados como progressistas, uma ampla literatura recente destaca que foi apenas pela renovação do dinamismo primário-exportador que tornou econômica e politicamente viável esse cenário. Entende-se que desde o início do século XXI, precisamente a partir de 2002, o mercado global passou pelo período denominado de *boom das commodities*, momento no qual houve forte variação nos preços dos bens agrícolas e minerais, alterando o comportamento dos governos, empresas e sociedade latino-americanos (GUDYNAS, 2012; MACHADO ARÁOZ, 2015a; SVAMPA, 2013, 2019). Como apresentado por Wanderley (2017), o minério de ferro passou de US\$ 12,60 a tonelada em 2002, para US\$ 187,10 em 2011. Este fenômeno também afetou o preço de outros minérios, elevando: a tonelada de níquel em 1.072%; a tonelada de estanho em 897%; a tonelada de carvão sul-africano em 789%; a onça-troy de ouro em 665%; e a tonelada alumínio em 239%. Para Milanez (2017), os preços não se comportaram conforme os fundamentos econômicos do mercado físico, já que, em alguns anos, a expansão média da extração mineral superou a demanda global, mas os preços se valorizaram, em média, mais de 20% ao ano, num total de 280% (MILANEZ, 2017).

Para Svampa (2013, 2019), ainda que a exploração e a exportação de bens naturais não sejam atividades novas na América Latina, na virada para o século XXI, é notória a intensificação e expansão de megaempreendimentos que visam garantir maior apropriação, extração e exportação de matérias primas de alto valor agregado. Por exemplo, em termos físicos, a importação global de minério de ferro passou de 500 milhões de toneladas em 2001 para 1.394 milhões de toneladas em 2014. No Brasil, a exportação de minério de ferro, que representava 6,8% da pauta exportadora em 2000, subiu para 17,6% em 2011. A participação da indústria extrativa mineral na economia nacional subiu de 0,63% do Produto Interno Bruto para 1,77% entre 2001 e 2011 (WANDERLEY, 2017). Nesse caso, o minério de ferro tornou-se um dos carros-chefes da pauta exportadora brasileira entre 2003 e 2011,

correspondendo, em média, a 8,5% do valor total exportado pelo Brasil, chegando ao máximo de 16,3% (MILANEZ, 2017).

Notam-se diferentes interpretações sobre o fenômeno do *boom das commodities*. Por um lado, há autores que defendem que a variação nos preços é função quase que exclusiva de mudanças na relação entre oferta e demanda no mercado físico. Em especial, pode-se ressaltar o acelerado e intenso crescimento da economia chinesa, que assume, em 2013, o primeiro destino das exportações do Brasil e Chile, e o segundo destino de Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela (CEPAL, 2015). A China era responsável por 18% em 2001, e passou a importar 67% do minério de ferro mundial em 2014 (WANDERLEY, 2017). Por outro lado, uma segunda explicação estaria associada à crescente financeirização do setor de *commodities*. Nesse sentido, a elaboração de instrumentos financeiros cada vez mais complexos e diversificados, bem como o crescimento dos fundos de índice de *commodities*, “teria causado uma bolha especulativa, levando a preços artificialmente elevados no mercado físico” (MILANEZ, 2021, p. 12).

Diante disso, Svampa (2013, p. 31) propõe o “*Consenso de los Commodities*”, como a ideia de uma entrada em uma nova ordem econômica, política e ideológica, “*lo cual genera indudables ventajas comparativas visibles en crecimiento económico [...] al tiempo que produce nuevas asimetrías y profundas desigualdades sociales*”. De forma similar, Machado Aráoz (2013, p. 129) aponta para o “*Consenso de Beijing*” como a visão de que o caminho para se atingir o desenvolvimento latino-americano era o aprofundamento de suas relações econômicas de exportação com a China. Logo, os países latino-americanos não só reataram sua função primário-exportadora, como também voltaram a aceitar e a reforçar “*un modelo económico y políticamente centrado en la exportación de Naturaleza como motor del crecimiento económico*”. Entende-se que a exportação de matérias-primas e *commodities* permanece como principal padrão de organização das estruturas econômicas, territoriais e de poder (SVAMPA, 2019; SANTOS, 2018; MACHADO ARÁOZ, 2013).

Nesse caso, ainda que a retórica proposta pelos governantes progressistas seja no sentido de construir um projeto de desenvolvimento de cunho nacionalista, unindo reivindicações com relação a uma maior autonomia e soberania econômica, “*las exportaciones y las inversiones se han vuelto mucho más importantes, y dentro de ellas, los recursos naturales tienen un papel más destacado*” (GUDYNAS, 2012, p. 131). Para Svampa (2016) e Machado Aráoz (2013), a ideia de se afirmar o *Consenso*, remete à existência de um suposto acordo acerca do caráter irrevogável

e persistente da dinâmica extrativista em resposta à crescente demanda global por bens primários. Para a recente literatura crítica ao modelo extrativista (GUDYNAS, 2009, 2012, 2016), a retomada de uma agenda primário-exportadora apenas garantiu a reafirmação de um imaginário político-econômico pelo qual a exploração dos recursos naturais permanece a mercê de supostas melhorias socioeconômicas para a população (SVAMPA, 2013, 2019).

Dito isso, não se pretende afirmar a existência de uma interconexão entre os governos progressistas e o extrativismo. Mas, sugere-se uma acomodação histórica a partir da qual esses governos se tornaram “*impulsores de las políticas primario-exportadoras, erigidas como el nuevo motor de desarrollo de las sociedades latino-americanas*” (MACHADO ARÁOZ, 2013, p. 126). Se no passado desenvolvimentista os governos latino-americanos criticavam duramente as economias primário-exportadoras, no cenário recente, as defendem “*como componente indispensable para el desarrollo y el combate contra la pobreza*” (GUDYNAS, 2012, p. 134).

Logo, sugere-se uma nova leitura crítica da dependência econômica ligada à condição primário-exportadora, sob as lentes da ecologia política do extrativismo. Nesse quesito, segundo Gudynas (2009, p. 190 e 192), nos governos progressistas “*los sectores extractivistas matienen su importancia y son uno de los pilares de las estrategias de desarrollo*”, o que está “*generando un nuevo estilo de extractivismo*”. Isso significa que, dado o cenário internacional favorável de *boom* das *commodities*, a ascensão dos governos progressistas produziu uma manutenção e atualização do modelo de desenvolvimento extrativista, no que se denomina de neoextrativismo:

Nessa conjuntura econômica favorável – pelo menos até 2013 –, os governos latino-americanos tenderam a destacar as vantagens comparativas do auge das *commodities*, negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias socioambientais, que traziam consigo a consolidação de um modelo baseado na exportação de matérias-primas em larga escala. Nesse sentido, todos os governos latino-americanos, independentemente da inclinação ideológica, possibilitaram o retorno com força de uma visão produtivista do desenvolvimento que, junto com a ilusão desenvolvimentista, levou à negação e à supressão das discussões de fundo sobre os impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoextrativismo, assim como à desvalorização das mobilizações e dos projetos socioambientais emergentes (SVAMPA, 2019, p. 36).

O paradigma neoextrativista tem sido, portanto, caracterizado pela combinação de algumas práticas tradicionais do modelo extrativista com elementos inovadores. Definido desse modo, o conceito do neoextrativismo pretende abranger mais do que as atividades econômicas relacionadas exclusivamente à mineração e ao petróleo. Consideram-se todas as atividades relacionadas à extração de recursos

naturais com elevado volume e/ou alta intensidade de extração, destinados ao mercado exportador. Logo, o conceito do neoextrativismo inclui desde atividades clássicas, como são as extrações de minerais, metais e hidrocarbonetos de alto valor comercial, até a expansão da fronteira agrícola e as monoculturas agropecuárias intensivas, megamineração a céu aberto e a construção de grandes obras de infraestrutura (ACOSTA, 2016b; GUDYNAS, 2013).¹¹

Em outras palavras, até certo ponto, nota-se uma sobreposição entre os períodos do ciclo do *boom* das *commodities* e do neoextrativismo na América Latina, momento no qual países da região desenvolveram estratégias de estímulo à exportação de recursos naturais visando uma rápida obtenção de renda para investimentos na redução da desigualdade social (MILANEZ, 2017; ACOSTA, 2011). Para Svampa (2019), o cenário latino-americano recente mostra a consolidação de um modelo de apropriação da natureza e exploração humana que impacta negativamente as comunidades locais devido a sua lógica vertical, contrária à democracia participativa e aos direitos humanos. Para ela, dada a atuação dos governos progressistas, “estaríamos inaugurando um novo ciclo de criminalização e violação dos direitos humanos” (SVAMPA, 2019, p. 43).

Nessa perspectiva, muito distinto da promessa de projeto de desenvolvimento, a ascensão dos governos progressistas representou uma etapa final de um processo de redefinição das hierarquias geopolíticas e geoeconômicas do capitalismo global, reforçando conflitos socioambientais que trazem à tona a iminência da crise ecológica. Destaca-se a definição de Maristella Svampa de conflitos socioambientais:

Entendo por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes por parte dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder. Tais conflitos expressam diferentes concepções do território, da natureza e do ambiente. Em certos casos, à medida que os inúmeros megaprojetos tendem a reconfigurar o território em sua globalidade, os conflitos acabam por estabelecer uma disputa acerca do que se entende por desenvolvimento e, de maneira mais ampla, reivindicam outras formas de democracia, ligadas à democracia participativa e direta (SVAMPA, 2019, p. 46).

¹¹ Para a discussão dessas questões, ressalta-se também o interesse da noção de “pilhagem territorial”, proposta originalmente por Perpetua (2016). Seriam diversos os sentidos da pilhagem territorial promovida pelo grande capital produtor de *commodities*: “pilhagem de recursos” dos territórios em que aporta (naturais, públicos, mão de obra barata etc.); controle de grandes territórios por corporações, “impondo severos limites à sobrevivência dos sujeitos e grupos preexistentes”; “destruição de outros tipos e formas de uso do território”; “destruição do substrato material do território” (desmatamento, contaminação, disposição de estêreis e rejeitos no caso da mineração) (PERPETUA; COSTA; THOMAZ JUNIOR, 2019, p. 1618; GONÇALVES, PERPETUA, MILANEZ, 2018).

Em outras palavras, a atualização do extrativismo para o neoextrativismo, acompanhou uma narrativa essencialmente economicista que camuflava práticas de criminalização de resistências locais contrárias aos seus megaempreendimentos. Entende-se que o extrativismo não só desestruturou a frágil democracia da região, como também freou a integração democrática das comunidades locais. Se não suficiente, percebe-se a ambiguidade do progressismo latino-americano quando destacada a presença de um Estado nacional com ação autoritária e violenta. Como discutem Acosta (2016b) e Gudynas (2013, 2016), o autoritarismo e a violência não podem ser vistos como mais uma consequência para além do neoextrativismo, mas sim, trata-se de uma condição necessária para impor projetos sem participação popular e local: *“es una necesidad inevitable para imponer esas acciones”* (GUDYNAS, 2013, p. 15).

Uma vez que os empreendimentos extrativistas implicam impactos elevados, dificilmente passariam pela aprovação das comunidades locais envolvidas. Para Acosta (2016b), o Estado nacional se assume como ator fundamental e defensor das atividades extrativistas que passam a ser levadas adiante a todo e qualquer custo, muitas vezes, criminalizando protestos locais contrários a esses projetos. Na visão desses autores, esse é um dos pontos centrais para se compreender o processo da acelerada dissolução da democracia durante os governos progressistas. Ao que tudo indica, as relações diretas e indiretas entre o Estado nacional e as grandes empresas extrativistas são muito mais favoráveis entre si do que as relações entre o Estado nacional e as comunidades locais. De fato, como comenta Acosta (2016b, p. 74): *“a violência aflora também do Estado”*. Para Machado Aráoz (2015a, p. 25), o ciclo de governos progressistas intensificou de tal maneira a matriz extrativista que foi necessário recorrer a novas dinâmicas *“de represión y criminalización de los conflictos suscitados por ese modelo”*. Isso ocorre, pois, segundo Gudynas (2013), os megaempreendimentos extrativistas impõem uma apropriação dos recursos naturais com violência e violação de direitos. Isso se constitui como uma condição necessária para a realização dessas obras em territórios previamente ocupados sem o consenso prévio de comunidades envolvidas.

Logo, pode-se considerar que a associação do neoextrativismo com os conflitos socioambientais foi condicionado não apenas por fatores econômicos, mas também por decisões políticas, já que importantes alterações ocorreram nas

políticas públicas, “promovendo um aprofundamento da espoliação de terras, territórios e bens naturais” (MILANEZ, 2021, p. 14). Por um lado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, direcionou grande quantidade de recursos a um seleto grupo de empresas que extraem os minerais com maior peso nas exportações brasileiras. No período entre 2002 e 2012, a participação dos setores de óleo e gás, mineração e energia saltou de 54% para 75% da carteira da BNDES Participações S.A., e se forem incluídos, ainda, os setores de papel e celulose e alimentos, a concentração sobe para 89% (MAGNO, 2015; MILANEZ, SANTOS, 2013). Por outro lado, pressupostos neoextrativistas podem ser também identificados na modificação proposta no novo marco legal da mineração, elaborada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Segundo Milanez e Santos (2013, p. 137), “os três principais elementos da referida modificação dizem respeito aos aspectos procedimentais de licenciamento da exploração mineral (lavra), à dimensão institucional da regulação pública e à regulamentação tributária setorial”. Para Magno (2015), o novo marco legal da mineração visa, entre outros objetivos, promover mudanças na outorga mineral, a fim de permitir que empresas privadas tenham maior agilidade na extração de alguns minerais, sem necessidade de chamada pública, estimular iniciativas de agregação de valor à cadeia produtiva nacional da mineração, licitar jazidas e subordinar a criação de novos Territórios Indígenas (TI) ou Unidades de Conservação (UCs) após análise mineral das localidades.

Nesse cenário, os primeiros anos do século XXI representaram uma explosão de conflitos socioambientais envolvendo diferentes megaempreendimentos e comunidades locais. Por exemplo, o Observatório de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL, 2019), cadastrou 266 conflitos envolvendo um conjunto de 283 projetos de mineração em vinte países latino-americanos. Ainda, Merchand Rojas (2016) elenca 197 conflitos socioambientais à luz do neoextrativismo, dos quais 32 são do setor de energia, 82 de mineração, 39 de água, 16 de recursos florestais e biodiversidade, 28 de agroindústrias. No Brasil, o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz, registrou aproximadamente 113 casos de conflitos envolvendo a mineração em todo o país. O Banco de dados de recursos minerais e territórios, organizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), reúne 118 estudos de caso, em todo o Brasil, sobre os efeitos socioambientais e econômicos da mineração. A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019) registrou entre 2004 e 2018 o número de 1.124 conflitos em

diversos estados das regiões brasileiras, dos quais 579 casos de conflitos envolvem a água (51,6%), 535 abrangem a terra (47,6%), e 9 casos implicam vítimas de violência (0,8%). Por sua vez, Porto e Milanez (2009) indicam uma tipologia de conflitos socioambientais no Brasil, apresentando impactos ambientais e de saúde, com exemplos de casos referentes ao uso da terra na produção agrícola e animal, à mineração e produção industrial, à produção de energia e às grandes obras de infraestrutura e aos conflitos urbanos.

Reconhece-se, assim, que o progressismo recuperou as capacidades institucionais e de atuação do Estado nacional, que se constituiu como um novo ator politicamente relevante no combate à pobreza. O retorno do Estado nacional a suas funções intervencionistas acarretou a explosão de inúmeros conflitos socioambientais envolvendo comunidades locais. Entende-se que a consolidação de um paradigma neoextrativista permitiu sua leitura como um modelo de desenvolvimento econômico e socioterritorial. Para Svampa (2019, p. 33), o neoextrativismo carrega uma visão político-ideológica orientada pela apropriação de recursos naturais, violação de direitos humanos e expansão para novos territórios antes considerados improdutivos pelo capital, baseando-se na exploração da Natureza e na expropriação dos territórios. Sugere-se, portanto, que os governos progressistas apoiaram-se economicamente em uma nova versão da condição primário-exportadora. O extrativismo assumiu protagonismo tão elevado nessas economias que acabou por violar os direitos humanos e direitos da Natureza (GUDYNAS, 2013, 2019).

Algumas possíveis coordenadas para transições ao pós-extrativismo

Pode-se considerar que a enorme preponderância que o neoextrativismo adquiriu nos últimos anos em vários países latino-americanos foi responsável por aprofundar uma matriz primário-exportadora e conduzir a conflitos socioambientais (MACHADO ARÁOZ, 2013, 2015a; GUDYNAS, 2013, 2016; SVAMPA 2013, 2019). Porém, para além disso, cabe precisar que os movimentos de resistência ao extrativismo se apresentaram como base para a construção de outros futuros possíveis, em especial, pelas dinâmicas de lutas socioambientais vividas a partir dos anos 2000. Esse processo, apresentado por Svampa (2019) sob a denominação de “giro ecoterritorial”, é ilustrado pela união de aspirações indígenas-comunitárias e narrativas autônomas centradas na defesa dos direitos humanos sob a ótica da

ecologia e do feminismo. A temática é similar a outras contribuições latino-americanas sobre conflitos emergentes que retratam uma rejeição às estruturas econômicas dominantes (FURTADO, 1978). Para Svampa (2013, 2019), trata-se de uma linguagem comum de resistência política, a partir da valorização dos territórios e das convergências locais-globais dessas lutas.

É justamente a partir da união dessas aspirações e narrativas que as contribuições de Acosta (2016a, 2016b), Gudynas (2009, 2012) e Svampa (2019), apresentam alternativas que pensam e repensam a defesa da terra e do território com novos imaginários em torno do que seriam alternativas à ideia de desenvolvimento, ou da superação da trajetória histórica do extrativismo e conflitos socioambientais. Nesse cenário, se instalam novas linguagens, em especial, novas subjetividades que vêm dando lugar a um diálogo saudável entre saberes populares e saberes científicos, responsáveis por diagnósticos comuns que ultrapassam a dimensão local ou regional, situando-se em harmonia com um “novo internacionalismo” (SVAMPA, 2019, p. 145), capaz de articular redes em defesa da Natureza e das culturas tradicionais.

Podemos destacar que a proposta de análise do giro ecoterritorial aponta para um primeiro passo para se defender resistências populares contrárias ao extrativismo, e imaginar e criar outros modelos de desenvolvimento e organização socioambiental. Cabe precisar que a proposta do giro ecoterritorial não sugere uma volta ao passado, mas dotar o passado de conteúdo presente, para reconhecer que existem alternativas viventes que contribuem para a transição ou superação do extrativismo. Nesse sentido, a ideia não é apontar para um caminho único ou linear, mas abordar um conceito plural a partir dos movimentos populares, em união com outros saberes, sem negar vantagens científicas e tecnológicas oriundas do mundo moderno (ACOSTA, 2016a; SVAMPA, 2013, 2016, 2019).

Dito isso, nota-se que as contribuições que discutem a tese de giro ecorritorial, à luz da temática de alternativas e transições ao pós-extrativismo (GUDYNAS, 2016), não almejam propor caminhos pré-estabelecidos de resistências pós-extrativistas, mas, sugerir aproximações teóricas e ações práticas em direção a esse movimento, englobando dimensões de atuação tanto socioeconômica quanto socioecológica. Logo, entende-se que o pós-extrativismo está sendo construído diariamente a partir das democracias com participação popular, ação coletiva e auto-organização local, orientadas por racionalidades mais harmônicas entre sociedade e Natureza (FURTADO, 1978, 1998; ACOSTA, 2016a, 2016b; GUDYNAS, 2016).

Sob outra ótica e pondo em questionamento a participação do Estado nacional, as discussões recentes apontam para uma mesma democratização das decisões: “para o direito dos povos de dizer ‘não’ a projetos que afetem seriamente as condições de vida dos setores mais vulneráveis e comprometam o futuro das novas gerações” (SVAMPA, 2019, p. 81). Pode-se citar, como exemplo, as inúmeras tentativas dos movimentos populares e indígenas de proteção do Rio Xingu em face da construção da Hidrelétrica de Belo Monte (GLASS, 2016) ou os movimentos da sociedade civil equatoriana que propôs deixar no subsolo do Parque Nacional Yasuní, em plena Floresta Amazônica, um significativo volume de petróleo sem que fosse extraído (ACOSTA, 2011).

Nota-se que as propostas de alternativas ou transições ao pós-extrativismo, estão alinhadas a críticas sobre o atual modelo de desenvolvimento latino-americano. Por exemplo, no que tange ao plano político, a visão de Furtado (1978, 1984, 1998) já apontava para outras organizações sociais com alta participação política e popular. Nesse sentido, percebe-se que a defesa do pluralismo político se apresenta contrária às grandes ideologias, como são o nacionalismo, a civilização industrial e o progresso, que reforçam as estruturas de poder e operam em benefício de grupos hegemônicos. Frente a isso, sugere-se, como um dos mecanismos essenciais para a dissolução de estruturas concentradoras de poder, modelos de tomada de decisão mais descentralizados que permitam “a geração de formas de vontade coletiva na periferia” (FURTADO, [1978] 2008, p. 120) e garantam “a democratização do poder” (FURTADO, 1998, p. 22).

Logo, uma proposta de organização social mais democrática ocorreria a partir de desdobramentos contrários à forma pela qual o Estado nacional está estruturado, tendo em vista um caráter muito mais coletivo, descentralizado, participativo e popular (FURTADO, 1978, 1998, 2002; ACOSTA, 2016a, 2016b; SVAMPA, 2016, 2019). Reconhece-se que as possibilidades de auto-organização e gestão local são reduzidas diante de um cenário de concentração de poder nacional-global (FURTADO, 1998). Porém, o reconhecimento de ações construídas por meio das bases comuns de distintos movimentos populares, ambientalistas e feministas, sugere capacidade de organização social das populações mais marginalizadas, tendo em vista seus modelos de tomada de decisão e articulação política descentralizados, que permitem casos vitoriosos no confronto com o modelo de desenvolvimento extrativista (DILGER; LANG; PEREIRA FILHO, 2016; MARTÍNEZ-ALIER, 2013). Por exemplo, Lima (2017) discorre sobre a convergência dos

movimentos camponeses e feministas como forma de ação coletiva contrária aos cultivos de transgênicos no Brasil e na Argentina, salientando a auto-organização de mulheres como forma de resistência ao avanço do extrativismo em territórios rurais.

Nota-se que o alinhamento entre o giro ecoterritorial e o pós-extrativismo também ocorre através de um reposicionamento da economia em relação à Natureza. Isso significa reconhecer os modelos de organização social que rejeitam a proposta de hierarquização e domínio do ser humano com relação aos ecossistemas naturais. Para Svampa (2019), o giro ecoterritorial, contrário ao modelo do extrativismo, expressa uma disputa conceitual, ideológica e prática em torno do que se entende por desenvolvimento no âmbito de suas interações com a ideia de sustentabilidade. Para algumas contribuições, trata-se da integração de outros saberes e cosmovisões que vivem a partir de uma Natureza que é viva, é sujeito e, portanto, possui direitos (GUDYNAS, 2019; ACOSTA, 2016a).

Nesse caso, pensar outro modelo de desenvolvimento para o pós-extrativismo, perpassa a necessidade de reconhecer e defender as contribuições da Natureza para a qualidade de vida e o bem-estar dos seres humanos (ACOSTA, 2016a, 2016b). Nesse caso, a defesa dos territórios, incluindo suas populações e recursos naturais, é reconhecida como caminho para unir a justiça social e a responsabilidade ecológica. Para Svampa (2019, p. 149), um novo modelo de organização socioecológica precisa admitir os seres humanos, não como separados, mas parte integral do mundo físico, especialmente, mantendo fora do mercado aqueles recursos naturais que devido a suas características intrínsecas “possuem um valor que transcende qualquer preço”, como são as áreas de nascentes, as terras agricultáveis e a biodiversidade.

De fato, as resistências vividas como respostas aos conflitos socioambientais estão, sempre, atreladas à defesa do território e das representações da Natureza. Segundo Svampa (2019, p. 56), o território aparece como um espaço de resistência e, assim, um lugar de resignificação e criação de relações sociais e ecológicas. Disputar territorialidades, para a autora, ganha maior relevância no cenário recente, pois a própria lógica da acumulação de capital é direcionada para “espaços considerados estratégicos devido à presença de recursos naturais”, principalmente, minerais e hidrocarbonetos de alto valor no mercado internacional. No Brasil, pode-se considerar como exemplos de disputas de territorialidades a criação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, em 2013, ou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em 2005, instâncias representativas que

reúnem diversos grupos e movimentos contrários à mineração e contra as ameaças e agressões aos direitos e territórios indígenas, respectivamente.

É nesse sentido que se ressalta a importância de reconhecer o extrativismo como uma tensão de territorialidades. Isso permite abrir caminhos para novas disputas socioeconômicas e socioecológicas, e “novas brechas de ação coletiva que questionam a ilusão desenvolvimentista” (SVAMPA, 2019, p. 27). Em sua essência, tal ilusão vivifica uma tendência à monocultura com múltiplos impactos negativos:

A economia extrativa deteriora grave e irreversivelmente o meio ambiente. O estudo da atividade mineradora ou petrolífera ao redor do planeta evidencia inúmeros danos e destruições múltiplas e irreversíveis à Natureza. [...]. Além disso, são incontáveis as tragédias humanas e a destruição de potencialidades culturais dos povos. No âmbito econômico, a situação não é melhor. Os países cujas exportações dependem fundamentalmente de recursos minerais ou petrolíferos são economicamente atrasados, e seus problemas ambientais crescem no ritmo em que se expande o extrativismo (ACOSTA, 2016b, p. 62).

Para alcançarmos a sustentabilidade ecológica e a solidariedade econômica, há que ocorrer uma transformação científico-tecnológica e uma emancipação cultural, tendo em vista a urgência de se romper com a lógica exclusivamente economicista, presa ao crescimento econômico ilimitado em função da acumulação de capital, e produtora de heterogeneidade social e dependência cultural (ACOSTA, 2009; FURTADO, 1974). Uma das principais metas para uma organização social mais harmônica e sustentável é escapar do mimetismo cultural dos padrões de consumo das minorias privilegiadas, abrindo espaço para satisfazer as necessidades básicas do conjunto da população. Em outras palavras, o caminho é deixar de seguir os que se intitulam desenvolvidos. Logo, a fim de se escapar da trajetória do extrativismo e dos conflitos socioambientais, propõe-se o abandono das ilusões e dos mitos construídos pelo progresso (ACOSTA, 2009; FURTADO, 1974, 1984).

Nesse sentido, são inúmeras as possibilidades de romper com a transmissão de valores culturais gerados no exterior e importados pelos países latino-americanos. Nota-se que a proposta de alternativas e transições para economias pós-extrativistas se enraíza na consolidação de uma identidade sociocultural preocupada com dimensões locais-comunitárias e relações harmônicas entre sociedade e natureza. Como comenta Acosta (2016a), trata-se de uma visão centrada na autossuficiência da vida e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade com a Natureza. Isso significa que um novo modelo de desenvolvimento pós-extrativista é aquele que permite a auto realização das

comunidades locais a partir de processos das tomadas de decisão horizontais que geram homogeneização socioecológica, entendida a partir da reversão das disparidades sociais e da degradação ecológica (ACOSTA, 2009, 2016a; FURTADO, 1984, 1998).

Como salientam as discussões propostas por Gudynas (2016) e Acosta (2016b), as inúmeras situações de conflitos socioambientais oriundas da orientação extrativista são suficientes para afirmar que sua manutenção impede alternativas ou transições. De fato: “as alternativas devem [...] promover um pós-extrativismo” (GUDYNAS, 2016, p. 176). Para pensar alternativas e transições, o debate distingue três extrativismos. Primeiro, o “predatório” ou “depredador”, que corresponde ao nosso momento atual, caracterizado pelos empreendimentos de extração de minerais e hidrocarbonetos, predomínio das monoculturas intensivas e articulação com obras de infraestrutura. Segundo, a versão “sensata”, que remete àquela em que normas sociais e ecológicas são respeitadas e isso permite a redução da dependência das atividades extrativistas, inclusive, abrindo espaço para novas margens de ação estatal e organização popular. Terceiro e, por fim, tem-se a construção do que seria um “extrativismo indispensável”, reconhecido a partir de critérios pré-estabelecidos e validados pelas comunidades locais, sempre, contanto a participação direta das comunidades que vivem nesses territórios e respaldando os impactos com relação ao uso e conservação dos recursos naturais. Nesse caso, só seguiriam ativos os empreendimentos genuinamente necessários. Para Gudynas (2013, 2016), as alternativas e transições pós-extrativistas não são uma proibição total das modalidades de extração de recursos naturais, mas sim, significam um redimensionamento substancial dessa atividade a partir de critérios que abarquem as dimensões socioeconômicas e socioecológicas de maneira rigorosa¹².

Portanto, pode-se concluir que as alternativas e transições ao pós-extrativismo são um conjunto de medidas, ações e passos que permitem uma reação contrária ao atual modelo de desenvolvimento latino-americano, fundamentado no extrativismo. Para Gudynas (2016, p. 189), as transições ao pós-extrativismo precisam atender às condições básicas de “erradicar a pobreza e impedir novas perdas de biodiversidade”. Faz-se necessária uma reorganização dos processos de produção, distribuição e consumo, visando manter os limites ecológicos e gerar bem-estar para os seres humanos, através da ultrapassagem do

¹² Múltiplos exemplos de formas comunitárias de se dizer não ao extrativismo da mineração foram organizadas por Malerba (2014), englobando experiências na Argentina, Peru, Costa Rica e outros países.

“uso exagerado e o desperdício dos recursos naturais”. É claro que a discussão reconhece que as propostas de um pós-extrativismo desembocam em inúmeros questionamentos e reflexões e, como salvaguarda, reconhece-se que não existe uma ideia acabada dessas alternativas ou transições. Pelo contrário, o pós-extrativismo se coloca como caminho a ser investigado e, portanto, como uma importante agenda de pesquisa que abarca questões centrais do cenário latino-americano contemporâneo: desenvolvimento e meio ambiente (GUDYNAS, 2013, 2016).

Considerações Finais

Este artigo procurou contribuir para a compreensão da evolução das economias latino-americanas do ponto de vista da crítica de sua inserção na economia internacional como exportadoras de matérias-primas, condição que marca a região de formas variadas ao longo de sua história, e que foi revigorada no início do século XXI com a expansão da demanda internacional por *commodities*.

As implicações da inserção subordinada das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho foram pioneiramente estudadas pela CEPAL, que preconizou a industrialização como o caminho para a superação do subdesenvolvimento, para o acesso aos benefícios do progresso técnico e para a elevação da produtividade do trabalho e das condições de vida do conjunto da população. Como já amplamente estudado, o processo de industrialização periférica no século XX não teria sido capaz de promover uma transformação na inserção internacional dessas economias, que enfrentam sucessivas crises após o esgotamento do processo de substituição de importações e do período desenvolvimentista.

No início do século XXI, a ascensão de governos progressistas e a expansão da demanda internacional por produtos primários abriria novas oportunidades à América Latina para o aproveitamento de vantagens comparativas, revigorando práticas extrativistas e expectativas de novo ciclo de “desenvolvimento”. Para além das melhorias materiais para a massa da população, a participação ativa do Estado na promoção de megaempreendimentos extrativistas resultou na multiplicação de notórios conflitos socioambientais e disputas acerca do entendimento de desenvolvimento e meio ambiente.

Procuramos neste trabalho destacar as críticas de autoras e autores latino-americanos às práticas extrativistas e seus impactos deletérios sobre a natureza e

as populações locais, além de destacar os caminhos apontados para o estabelecimento de relações mais harmônicas entre sociedade e natureza. Recuperamos também algumas elaborações sobre os impasses do modelo de desenvolvimento econômico em curso e a necessidade de um novo modelo que priorize a satisfação das necessidades humanas básicas e preserve o patrimônio natural. Consideramos que um frutuoso diálogo pode ser estabelecido entre as diferentes visões críticas do processo de desenvolvimento, entre as quais as contribuições latino-americanas ocupam posição de destaque, como procuramos mostrar neste trabalho. Da mesma forma, o aprofundamento do estudo das experiências concretas de resistência na América Latina à subordinação das populações e territórios aos interesses do capital pode ser de grande valia para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento latino-americano em curso.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **La maldición de la abundancia**. Quito: Abya Ayla, 2009.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016a.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016b, p. 46-85.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**. Saídas para o labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro, 1930-1964**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

CEPAL. **Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2015.
CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Cadernos de conflitos no campo – 2018**. Goiânia/GO: CPT, 2019.

DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. Apresentação à edição brasileira. Ousar pensar “fora da caixa”. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016, p. 12-22.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1992.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, Celso. (1969). **A economia latino-americana**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. (1957). O desenvolvimento recente da economia venezuelana. *In: Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto/CICEF, 2008, p. 35-118.
- FURTADO, Celso. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975**. Rio de Janeiro: Contraponto/CICEF, 2008.
- GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade. A história de Belo Monte. *In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016, p. 404-425.
- GLIGO, Nicolo; MORELLO, Jorge. Notas sobre la historia ecológica de la América Latina. *In: SUNKEL, O.; GLIGO, N. (orgs.). Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: FCE, 1980, p. 129-157.
- GONÇALVES, Ricardo J. A. F.; PERPETUA, Guilherme M.; MILANEZ, Bruno. Espaços de lutas, de enfrentamentos e de resistências frente à pilhagem territorial dos grandes projetos de mineração em Goiás, Brasil. *In: NASCIMENTO, D. T. F.; GONÇALVES, R, J. de A. F. (org.). Águas do Cerrado: gestão, usos e conflitos*. Goiânia: Kelps, 2018, p. 15-36.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In: Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular (CAAP)/Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES), 2009, p. 187-225.
- GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n, 237, p. 128-146, enero-feb. 2012.
- GUDYNAS, Eduardo. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, Montevideo, n. 18, p. 1-18, feb. 2013.
- GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extratativismo. Sentidos, opções e âmbitos. *In:*

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016, p. 174-212.

LIMA, Márcia Maria Tait. **Elas dizem não!** Mulheres camponesas e a resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina. Campinas: Editora Librum, 2015.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: las paradojas de Nuestra América en las fronteras del extractivismo. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 118-155, out. 2013.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Conflictos socioambientales y disputas civilizatorias en América Latina: entre el desarrollismo extractivista y el Buen Vivir. **Crítica y Resistencias**, Córdoba, n. 1, p. 19-42, 2015a.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-ex-sistencias decoloniales en nuestra América. **Bajo el Volcán**, Puebla, v. 15, n. 23, p. 11-55, 2015b.

MAGNO, Lucas. Ordenamento territorial da mineração no Brasil e conflitos ambientais. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, jan-jun, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2013.

MERCHAND ROJAS, Marco Antonio. Neoextractivismo y conflictos ambientales en América Latina. **Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad**, v. 23, n. 66, mai-ago, 2016.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, jan-jun, 2013, p. 119-148.

MILANEZ, Bruno. Boom ou bolha? A influência do mercado financeiro sobre o preço do minério de ferro no período 2000-2016. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, vol. 1, n. S2, p. 1-18, 2017.

MILANEZ, Bruno. Economias Extrativas e desenvolvimento: contradições e desafios. **GEOgraphia**, Niterói, v. 23, n. 51, p. 1-25, 2021.

OCMAL. **Minería, violencia y criminalización en América Latina**: dinámicas y tendencias. Bogotá/Colômbia, CENSAT, 2016.

PERPETUA, Guilherme M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016, 307 p.

PERPETUA, Guilherme M.; COSTA, Saulo B. da; THOMAZ JUNIOR, Antonio. O avanço das commodities e a pilhagem territorial no Maranhão. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1611-1630, 2019.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

PREBISCH, Raúl. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, A. (org.). **O Manifesto Latino-Americano e**

outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011, p. 95-151.

PREBISCH, Raúl. **Capitalismo periférico: crisis y transformación.** México: FCE, 1981.

RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Ed Forense-Universitária, 1981.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016).** São Paulo: Elefante, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios: uma introdução à ecologia política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. Recurso digital [não paginado].

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo.** México: Siglo Veintiuno, 1970.

SVAMPA, Maristella. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, marzo-abr., 2013.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016, p. 140-171.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina.** Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, vol. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Heitor Ponce Dellasta – Concepção e elaboração do manuscrito; revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Renata Bianconi – Concepção e elaboração do manuscrito; revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 11-03-2022

Aprovado em: 01-11-2022